



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A SENZALA PRESERVANDO A CASA GRANDE. REQUALIFICAÇÃO URBANA EM CAMPINAS - SP: A FAZENDA ROSEIRA E A COMUNIDADE DITO RIBEIRO.

Alessandra Ribeiro Martins (PUC-Campinas) - alejongo@gmail.com

Historiadora. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas

Wilson Ribeiro dos Santos Junior - wilson@puc-campinas.edu.br

Arquiteto. Professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, docente do quadro permanente do Programa de Pós Graduação em Urbanismo e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Líder do Grupo de Pesquisa Requalificação Urbana CEATEC PUC-Campinas

Resumo

Este trabalho aborda aspectos da luta pela preservação da Fazenda Roseira do Campo Grande antiga fazenda de café e marco referencial cultural e histórico, situada na região noroeste de Campinas, SP, num território entrecortado por extensas avenidas e por importantes rodovias de conexão regional e ocupado por uma população de perfil predominante de baixa renda com forte presença de comunidades de afro descendentes. O entorno da sede convive atualmente com a inserção de um novo loteamento fechado nos terrenos remanescentes da Fazenda.. O trabalho analisa a atuação da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, articulada a outros movimentos sociais e culturais de origem africana, pela requalificação urbana da Fazenda Roseira bem como o papel do jongo/caxambu que a constituiu enquanto manifestação cultural e política.. A Fazenda Roseira, como “ lugar de memória”, constitui a matriz sobre a qual se articulam sínteses do conteúdo social e as formas espaciais, estimuladas pelas ações da comunidade jogueira integrando identidade cultural com a territorialidade na produção do espaço urbano.

Palavras chaves: Requalificação Urbana, Patrimônio Cultural, Cultura Negra, Participação Popular

1. Introdução

Este trabalho aborda a questão da identidade cultural e da territorialidade ao retratar os conflitos sócio espaciais relacionados à luta pela preservação da Fazenda Roseira do Campo Grande, processo este que traduz as transformações urbanas da região noroeste da cidade de Campinas, um território ocupado por uma população de perfil predominante de baixa renda e entrecortado por extensas avenidas e por importantes rodovias de conexão regional .

Uma região onde a acumulação desigual do tempo (SANTOS;1999) se expressa na superposição de diferentes épocas do rural e urbano, na permanência de histórias guardadas na memória, de moradores e vizinhança que acompanham agora um intenso processo de transformação urbana que tem como foco atual a inserção de um novo loteamento fechado nos terrenos remanescentes de uma antiga fazenda de café, a Fazenda Roseira do Campo Grande, marco referencial cultural e histórico .

Do trabalho escravo ao trabalho livre, as modificações desse espaço promovidas pelas forças produtivas, acarretaram alternâncias cada vez mais rápidas e profundas, gerando novas formas de configuração espacial e de produção.

Com advento da escravidão, africanos de origem banto trouxeram para a nova terra , o arcabouço cultural das terras de origem, onde se incluía, no aspecto religioso, a manifestação do jongo. Este arcabouço cultural não ficou restrito aos africanos e interferiu na cultura de seus senhores e descendentes através de trocas culturais do cotidiano nas senzalas e depois em todo o processo de desenvolvimento da identidade nacional.

Identidade esta que, por sua vez, sempre esteve atrelada aos territórios e lugares, possibilitando que manifestações antes restritas às senzalas ganhassem novos territórios e disputassem novos lugares, apesar das resistências sociais que as estigmatizavam .

O espaço urbano foi produzido, então, com contradição e luta, seja pela sobrevivência, pelas transformações econômicas e espaciais ou pelos aspectos

identitários culturais incorporados à construção da cidadania. A paisagem urbana reproduz o envolvimento de vários momentos históricos e o urbano como expressão e fruto do trabalho humano-social materializado, reflete os diferentes modos de vida, em diferentes tempos históricos.

À desigualdade espacial incorpora-se a desigualdade social. No espaço urbano fundamentam-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos seus ocupantes como forma de resistência contra a segregação e pelo direito à cidade formada, por sua vez, pelos diferentes bairros, com estruturas próprias, particularidades, histórias que se combinam numa vida cotidiana coletiva criando e moldando as dinâmicas urbanas.

2. A Fazenda Roseira do Campo Grande: identidade cultural e os conflitos sócio-espaciais

A luta pela preservação da sede da Fazenda Roseira do Campo Grande, lugar dado como contrapartida de um novo loteamento à Prefeitura Municipal para Equipamento Público Comunitário, na periferia da cidade é emblemática desta peculiar articulação entre os fenômenos sociais e espaciais num contexto de urbanização metropolitana dispersa e fragmentada. A análise da trajetória que a tornou conhecida ao longo do tempo possibilita uma vasta amplitude de leituras, já que passou de antiga fazenda escravocrata de café do século XIX a propriedade particular de industriais, ruralistas da elite, transformando-se de local escolhido para encontros de negócios e para os chás da tarde das damas campineiras em um lugar, no começo do século XXI, de convívio democrático e de práticas sociais e culturais coletivas..

Novos bairros foram construídos ao redor da sede da antiga Fazenda Roseira, originados de sub-divisões de sua gleba original, novas tecnologias foram inseridas e o que era rural, tornou-se progressivamente parte de uma grande metrópole. Processo rápido, e ao mesmo tempo lento para os ocupantes das regiões periféricas, que se perceberam efetivamente, neste processo quando as referências cotidianas começaram a se modificar. Os rumores do surgimento de um novo bairro, não incomodavam, mas a paisagem modificada do dia para a noite causou forte impacto. A cidade avançou no rural e fez o invisível se tornar visível. As árvores que sinalizavam que ali havia uma fazenda sempre lembrada pela memória das crianças e onde não se podia entrar, por ser propriedade

particular, fizeram o lugar invisível, aparecer, instaurando -se o conflito despertado pelo sentimento de pertencimento dos movimentos culturais do entorno, que se mobilizaram pela apropriação daquele “lugar”, que mesmo distante, sempre lhes pertenceu.

A intervenção da Comunidade Jongo Dito Ribeiro, apoiada por outros movimentos sociais e culturais da região, em especial os do segmento cultural afro foi fundamental para a preservação da sede da Fazenda Roseira contrapondo-se à pilhagem do casarão por parte dos antigos proprietários. Desde agosto de 2007, a Fazenda Roseira, tornou-se Equipamento Público Comunitário e a Comunidade Jongo Dito Ribeiro, e demais entidades parceiras, resolveram se unir para buscar uma Requalificação Urbana deste espaço transformando-o em Casa de Cultura, um palco privilegiado para análise dos conflitos, dilemas e ações que passaram a envolver as comunidades do entorno.

3. Sobre a Identidade Cultural e territorialidades:

Rogério Haesbaert (HAESBAERT apud SPOSITO, 2004.), divide sua análise em três dimensões sobre o território: 1) jurídica-política – em que o território é visto como um espaço delimitado sobre o qual se exerce um determinado poder, que associa esse poder com o Estado-nação; 2) culturalista, que prioriza as dimensões simbólicas e subjetivas, onde o território é visto como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço. Estaremos utilizando estas dimensões neste trabalho como uma das hipóteses para a mobilização da comunidade jongueira em sua ação para a preservação da sede da Fazenda Roseira e a transformação da mesma em Casa de Cultura através de ações coletivas continuadas em torno da cultura afro brasileira em sua mais ampla diversidade, pois possibilitam analisar as marcas do casarão diante das bases históricas do processo de escravização dos africanos e seus descendentes; 3) econômica, onde o papel do território está intrinsecamente associado às formas de produção, ou seja, ao produto social do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.

Caio Prado Júnior na obra História Econômica do Brasil (PRADO;2006), apresenta outra leitura dentre as diversas existentes sobre o conceito de território, utilizando-o para analisar as questões da formação da nação brasileira, explicando através da vertente econômica as transformações ocorridas no Brasil, sendo o território sempre visto como palco dos acontecimentos econômicos e das transformações vivenciadas pela sociedade em que os ciclos econômicos e as transformações do território em razão da economia, são as vertentes predominantes.

Um outro importante pesquisador e estudioso do tema é Milton Santos, que apresenta essa discussão primeiramente provocando seus leitores sobre a importância de se compreender a categoria território, já que para ele, é na dimensão territorial em que tudo acontece, mesmo diante as configurações e reconfigurações mundiais que influenciam o espaço territorial como um todo.

Para este autor, a formação do território é algo externo ao território, sendo a periodização da história que define como será organizado e quais serão suas configurações econômicas, políticas e sociais, nos advertindo para que não se faça confusão entre os conceitos espaço e território. Território define se como o todo, configuração territorial, enquanto o espaço é definido como a totalidade verdadeira.

Podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes. (SANTOS. 1996, p. 77)

Ou seja, esses espaços diferentes, são singulares e resultados das articulações entre a sociedade, o espaço e a natureza.

A formação do território perpassa pelo espaço e a forma do espaço é consolidada segundo as técnicas vigentes e utilizadas no mesmo, podendo ser distinguido pela intensidade das técnicas trabalhadas, bem como pela diferenciação tecnológica dessas técnicas de produção, uma vez que o espaço é heterogêneo. Sendo assim o território configura-se pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Nesta perspectiva, utilizaremos o conceito de território como Identidade que, por sua vez, sempre esteve atrelada aos territórios e lugares. A noção de espaço geográfico e lugar, aqui se define a partir de Milton Santos, como a acumulação desigual dos tempos, associada à visão culturalista de Haesbert, em que o direito à cultura pressupõe o gozo dos direitos civis, que têm a ver com as manifestações livres do pensamento, como o direito de ir e vir, e, portanto, de acesso livre aos diferentes territórios da cidade.

Para definir o conceito de identidade, é preciso, como primeiro passo, referenciá-lo de forma ampla e marcadamente cultural (HALL; 2000). Assim posto, o conceito representa a constituição e/ou identificação de referências, que estabeleçam o sentido de pertencimento dos indivíduos, em relação a grupos sociais e coletividades - de maior ou

menor repercussão e abrangência social.

Nesta perspectiva, a identidade constitui-se a partir de referências em torno de valores, modos de vida social e configurações sócio-culturais. Reforça a realização e constituição de processos, fatos e comunidades, incluindo possibilidades fragmentárias do indivíduo no cotidiano, sempre referenciadas no campo da cultura .

Identidade é, portanto, representação, reflexo da cultura e das vivências sociais, em interação com os processos de contextualização econômica e política de um determinado período histórico. É processo social que, para ser explicado para além das repercussões e dimensões cotidianas, deve ser observado no contexto das hegemonias político-econômicas, como forma de identificar o consenso e o poder que representam.

“a construção das identidades se desenvolve em contextos marcados por relações de poder” (Castells ;1999) .

Assim, os processos identitários afirmam os indivíduos e setores em relação às conquistas sócio-culturais e às particularidades das sociedades complexas, em meio à intensa fragmentação de interesses. Esta dimensão, tem a perspectiva político-social de afirmação, mas também harmoniza os interesses, quando se constitui em representação sócio-cultural mais ampla, significando consenso e representação, quando se refere a países ou regiões.

A identidade cultural de uma região específica pode ser desenvolvida através de uma série de processos históricos. A multidisciplinaridade desta questão justifica-se pela gênese da palavra “cultura”, que neste trabalho priorizaremos enquanto dimensões simbólicas e subjetivas, em que o território é visto como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço, trazendo consigo uma identidade, oriunda das relações e resquícios dos povos que por aqui passaram e deixaram suas marcas.



Fig. 1 Reportagem sobre o enfrentamento entre as Entidades e o Ex Proprietário para impedir a retirada das portas do Casarão. Correio Popular de 18/10/2008.

4. A Fazenda Roseira e a Comunidade Jongo Dito Ribeiro: o encontro do patrimônio material e imaterial.

“ os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversário, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar a incandescência a verdade de todos os lugares da memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as

varrería. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem, não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de constituirlos”. (NORA,1993,pág.13)

Para estabelecer essas relações entre o que é designado patrimônio histórico cultural material e imaterial e os espaços da cidade é fundamental que algumas questões sobre a natureza do espaço sejam ressaltadas. Milton Santos, adverte que para compreender a natureza do espaço é necessário entender “a herança da história natural e todo resultado das ações humanas que se objetivou” (SANTOS,1999) no espaço estudado, pois um vasto campo de materialidades foram produzidas pelo homem em diferentes períodos históricos. .

Este mesmo espaço assume diferentes funções e múltiplas formas, ao se tornar o foco dos debates e das ações comprometidas com a satisfação de diferentes necessidades de cunhos materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais e afetivos. Funções, que de uma forma ou outra irão desembocar nos objetos atribuindo novos significados às suas representações.

A Fazenda Roseira apresenta essa amplitude discutida por Milton Santos quanto a função e diversidade do espaço. Ao longo do tempo, integrou-se enquanto unidade produtiva a formas diferentes de atividades econômicas incorporando referências em sua arquitetura eclética, um importante portal de volta ao tempo, perenizando-a entre os patrimônios históricos e culturais ainda presentes em Campinas.

Combinam-se neste processo a representação de dois segmentos do patrimônio cultural, a sede a Fazenda Roseira, enquanto patrimônio material caracterizado pela sua estrutura arquitetônica com fragmentos do período colonial e do século XIX, pelas referências ambientais, ainda não inserido nos planos de Estudo de Tombamento da CONDEPACC e, representado pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro, o patrimônio imaterial do jongo, reconhecido em 2005 pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) como parte do patrimônio nacional brasileiro.

Considerou-se neste artigo que o Patrimônio Cultural, conforme o site do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão responsável pela sua proteção,

“não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a

imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis.” (<http://portal.iphan.gov.br>)

O conceito atual de patrimônio cultural material e imaterial , substituiu, portanto, o de patrimônio histórico e artístico vigente por décadas e, ao acompanhar a evolução das Cartas Patrimoniais internacionais, amplia a idéia de bem cultural ao incorporar ao patrimônio tradicional as manifestações culturais e imateriais dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade.

“O patrimônio material protegido pelo Iphan, com base em legislações específicas é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (idem)

A noção de patrimônio cultural imaterial, por sua vez, acompanha as deliberações da “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial realizada pela UNESCO” realizada em 2003, e colocadas em vigor a partir 2006 com a adesão dos estados membros e que se encontra assim definido em suas Disposições Gerais:

“Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e

à criatividade humana”.(UNESCO,2003,p373)

As bases legais do tombamento ganharam novos horizontes, especialmente no artigo 216 da Constituição Federativa do Brasil de 1988, e o patrimônio cultural passou a ser definido a partir das formas de expressão; dos modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e demais sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Estabeleceu ainda que cabe ao poder público, com apoio da comunidade a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país.

Com ênfase nestas definições sobre patrimônio cultural imaterial e material, torna-se necessário situar, através da Comunidade Jongo Dito Ribeiro da cidade de Campinas, o jongo ou caxambú, que é um patrimônio imaterial cultural brasileiro, presente na região sudeste, predominantemente no Rio de Janeiro. Seus praticantes consideram-no “pai do samba”.

Um dos primeiros trabalhos desenvolvidos sobre o “jongo” foi o realizado pela folclorista Maria de Lourdes Borges Ribeiro, lançado em 1984 nos Cadernos de Folclore, um ano após seu falecimento. O interesse por identificar nas tradições populares uma sabedoria era anterior à criação do termo. Desde o final do século XVII e início do XIX, intelectuais românticos valorizavam de forma positiva a cultura popular em um momento em que a representação sobre ela se intensificou. Estes intelectuais foram responsáveis pela fabricação de uma concepção das tradições populares como ingênuas e anônimas, adotada mais tarde pelos folcloristas, seus continuadores, que buscavam no Positivismo emergente um modelo para interpretá-las.

Quando no século XIX o termo folclore é criado, a modernização capitalista encontrava-se a todo vapor e os intelectuais dispostos a estudar manifestações populares não pensavam em voltar ao passado como os românticos, pois, de forma central, tinham como objetivo o progresso, enquanto avanço tecnológico (ROMERO,1959). Com base no projeto iluminista, acreditavam numa relação entre a crença e a ciência, nas formas de organização social e de produção que teriam a ordem, a disciplina, a obediência e a submissão como principais elementos.

Com o advento da escravidão, africanos de origem banto, vindos da região de Congo

e Angola, trouxeram para a nova terra um arcabouço cultural próprio, presente no aspecto religioso da manifestação do jongo. Este arcabouço cultural não ficou restrito aos escravos e interferiu na cultura de seus senhores e descendentes através de trocas culturais do cotidiano nas senzalas e depois em todo o processo de desenvolvimento da identidade nacional.

Identidade esta que, por sua vez, sempre esteve atrelada aos territórios e lugares, como marcas de “status”, posição social e influência política. A noção de espaço articula-se com o conceito de lugar, na medida em que “o espaço sendo a acumulação desigual dos tempos”(SANTOS,1999,pág.322), constitui a matriz sobre a qual novas ações substituem as ações passadas.

“ No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas,e instituições _ cooperações e conflitos são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contigüidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e da criatividade”. (SANTOS,1999,pág.322)

A Fazenda Roseira, como este lugar em si, torna-se o espaço híbrido em questão ao estar permeada pela questão do patrimônio, e integrar o conjunto de bens produzidos pela humanidade, na arquitetura ali presente e na apropriação do ambiente natural, constituindo um testemunho interessante na formação da memória histórica do povo negro na cidade de Campinas e, na formação da identidade da comunidade jogueira.

5. A preservação da Casa Grande pela Senzala: questões atuais

As Normas de Quito, resultantes da *Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico*, promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA), na capital do Equador em 1967 incorporaram a recomendação da valorização do patrimônio cultural nas políticas urbanas, e nos anos 80 começaram as

discussões relativas aos usos do patrimônio, preservando-o como memória da cultura urbana, como instrumento para a revitalização de áreas degradadas. Para tanto torna-se necessário elaborar uma política de preservação que assegure a continuidade dos elementos vitais para a sociedade, e “que tenha como uma das metas a qualidade de vida e acima de tudo que tenha a participação da população” sendo este o ponto essencial para que esta política tenha êxito.

“O direito a cultura pressupõe o gozo dos direitos civis como das manifestações livres do pensamento, como o direito de ir e vir, e, portanto, de acesso livre aos diferentes territórios da cidade.” (CHOAY, 2001), O espaço é um elemento fundamental da identificação dos cidadãos com a cidade, e é por meio das lembranças dos lugares que as nossas experiências se fixam na memória, conforme lembrado por Pierre Nora, e na nossa sensibilidade, pertencer a uma nação, a um estado e a uma cidade não é apenas uma condição legal, mas também compartilhamento de experiências e de vivência dos lugares.

Há poucas décadas verifica-se uma transição significativa na forma de compreender o patrimônio. Sobre as particularidades e os propósitos implícitos no direito ao patrimônio constituído, Ramon Gutierrez , traça algumas considerações sobre o impacto verificado no campo patrimonial pela abertura que propiciam as alterações do conceito de patrimônio histórico cultural.

”Essa delinea uma ruptura com a visão histórica reducionista respaldada por uma historiografia oficial que converte em patrimônio bens de origem aristocrática, religiosa, bélica ou estatal. Nessa nova concepção de patrimônio há a inclusão do cultural e das ' dimensões testemunhais do cotidiano e os feitos intangíveis' . Superam-se as legislações que reconheciam os bens por sua antiguidade e são transcendidas as fronteiras que limitavam o ingresso ao status de patrimônio às edificações oficiais e igrejas. E, ao mesmo tempo, as obras arquitetônicas deixam de ser vistas como objetos isolados e tornam-se relevantes os conjuntos urbanos e territoriais e também a contextualização tanto física como social e cultural destes”.(GUTIERREZ,1992)

Hoje na maioria das metrópoles a questão que se coloca perante o patrimônio cultural das áreas requalificadas, é a perda de seu significado anterior, uma vez que a

maioria dos projetos seguiu uma fórmula indiferente aos usos e sentidos que mantinham com a população local. E, se esses projetos buscaram tornar os espaços atrativos para o mercado imobiliário e turístico, a dimensão pública, entendida como possibilidade de interação entre diferentes, perde o caráter democrático e inclusivo.

A segregação socio-espacial, associada ao sentimento de insegurança e de intolerância resultante da criminalização e da estigmatização de certos grupos sociais, fragmentou o uso dos espaços. Essa segmentação, que parece contradizer a idéia de espaço aberto a todos, existe de fato e é reforçada em contextos de grandes desigualdades e de tensões sociais onde os diferentes grupos sociais tendem a se apropriar dos espaços revelando antigos e novos conflitos.

A atual noção de patrimônio cultural, em substituição à de patrimônio histórico e artístico, nos revela a incorporação das manifestações culturais e imateriais dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira, possibilitando uma efetiva aproximação entre o patrimônio e o cotidiano dos habitantes das cidades e suas identidades.

A caracterização da sede da Fazenda Roseira, por parte do poder público municipal, como Equipamento Público após a firme atuação dos movimentos sociais de origem afro em defesa da preservação da Fazenda é um importante passo neste sentido.

Expressa o reconhecimento por parte do Estado, com todas as contradições inerentes ao processo, de que a ação coletiva e a participação da comunidade no caso garantiram não só a preservação do patrimônio cultural, mas atribuíram a ele um conteúdo de espaço público de usufruto coletivo. Ao democratizar o acesso ao mesmo, com a gratuidade dos serviços oferecidos pelas comunidades ocupantes do espaço em parceria com o poder público, vem contribuindo para a construção da cidade como um lugar de cultura, com liberdade e diversidade, proporcionando encontros inesperados e por isso mesmo criativos e inovadores.

6. Referências Bibliográficas

ANDRADE, Luciana T.– *Cultura, cidade e cidadania* In

http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/cultura_cidade_cidadania_Luciana.pdf

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, Editora UNESP, 2001.
- GUTIÉRREZ, Ramón. *Direito ao Patrimônio Construído*. In: O Direito à Memória. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria municipal de Cultura/DPH.(1992)
- NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares* In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, 1993.
- PRADO JR, CAIO. *A História Econômica do Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo.2006.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3º Ed. São Paulo, Hucitec, 1999
- ROLNIK, Raquel – *A cidade e a lei_ - legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. FAPESP. Studio Nobel, 3. ed. São Paulo. p.59-92.
- ROMERO, N. Silvio – *Romero: trechos escolhidos por Nelson Romero*. Rio de Janeiro. Agir, 1959.

SITES

<http://portal.iphan.gov.br>

<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>